

Um Olhar ao Acolhimento Colonial Vicentino: uma proto-história da hospitalidade e seus meios de hospedar na América portuguesa

Pedro de Alcântara Bittencourt César^a
Conceição Malveira Diógenes^b

Resumo

Este estudo trata das primeiras maneiras de hospedagem do visitante (viajante diverso) e seu papel referencial com o equipamento e a formação físico-territorial resultante da hospitalidade no interior da América portuguesa. Esta pesquisa tem forte apelo exploratório, buscando apresentar valores conceituais das primeiras formas de hospitalidade no continente sul-americano. Assim, realiza-se levantamento bibliográfico acerca do modo como a residência bandeirista, a viagem, a visitação e a hospedagem são tratadas nos séculos XVI e XVII. Estende-se para outras possibilidades de hospedagem protocomercial disponíveis para o visitante, confrontando-as com a formação dos núcleos urbanos estabelecidos nas capitâncias de São Vicente e Santo Amaro (área inicial do atual estado de São Paulo). Entretanto, poucas referências sobre esses núcleos contribuem para os questionamentos propostos. Desta maneira, contrastando com essas bases bibliográficas, esquemas das divisões espaciais das edificações são utilizados, realizando estudo específico fundamentado na história da arquitetura brasileira. Portanto, parte da casa do bandeirante é reconhecida como espaço independente de hospedagem, atendendo assim o objetivo de pontuar esta possibilidade no início do período colonial, ainda pouco tratada na literatura brasileira. Um panorama acerca da questão é também apresentado.

Palavras-chave: Meio de hospedagem; Hospitalidade; Período colonial; Residência bandeirantista.

Abstract

A Look at the Vicentino Colonial Reception: a proto-history of hospitality and means of lodging in Portuguese America

This is a study of the first means of visitor lodging (common traveler) and their referential role in the physical-spatial equipment and formation, resulting from the hospitality in the hinterlands of Portuguese America. In this exploratory research paper we seek to present conceptual values of early forms of hospitality in the South American continent. Thus, a bibliographic survey about how the bandeirista residence, the trip, the visitation and the lodgings are treated in the 16th and 17th century. The research extends to other possibilities of proto-commercial lodging available to the visitor, directing a look at the confrontation with the formation of urban centers established in the Captaincies of São Vicente and Santo Amaro (initial area of the modern-day state of São Paulo). However, the reference of these possibilities scarcely contributes to the proposed questions.

- a. Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Docente dos cursos de mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: bittencourt_tur@yahoo.com.br
- b. Pesquisadora de pós-doutorado em Dinâmicas e Fluxos de Destinos Turísticos pelo Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Docente do curso de Turismo do Instituto Federal do Ceará, Aracati, Ceará, Brasil. E-mail: conceicaomdh@gmail.com

In this way, in contrast to the bibliographic database, the spatial division schemes of buildings are used to perform a specific study based on references to the History of Brazilian Architecture. Therefore, part of the bandeirante's house is recognized as an independent lodging space. Thus, the goal is to punctuate this possibility of lodging in the early colonial period, still hardly mentioned in the Brazilian literature. Moreover, there is a panorama regarding the topic.

Keywords: Means of Lodging; hospitality; Colonial period; Bandeirantista residence.

Resumen

Una mirada a la Recepción Colonial Vicentina: una proto-historia de la hospitalidad y sus medios de hospedar en la América Portuguesa

Se realiza el estudio de las primeras maneras de hospedaje del viajero y su papel referente al equipamiento y a la formación físico-territorial resultante del hospedaje en el interior de la América portuguesa. Esta investigación tiene un marcado carácter exploratorio, buscando presentar valores conceptuales de las primeras formas de hospitalidad en el continente sudamericano. Por ello, se realiza una revisión bibliográfica acerca del modo en el que la residencia *bandeirista*, el viaje, la visita y el hospedaje son tratados en el siglo XVI y XVII. Se extiende a otras posibilidades de hospedaje proto-comercial disponibles al viajero, volviendo la mirada hacia una confrontación con las formaciones de los núcleos urbanos establecidos en las Capitanías de São Vicente y Santo Amaro (área inicial del actual Estado de São Paulo). No obstante, pocas referencias de éstos núcleos contribuyen a las cuestiones planteadas. De esta manera, contrastando con las bases bibliográficas se hace uso de los esquemas de las divisiones espaciales de las edificaciones, realizándose un estudio específico basado en la historia de la arquitectura brasileña. Por lo tanto, se hace el reconocimiento de parte de la casa del *bandeirante* como espacio independiente de hospedaje. Además, se atiende el objetivo de marcar esta posibilidad de hospedaje del inicio del período colonial, todavía poco tratada en la literatura brasileña, y se hace la presentación de un panorama acerca de la cuestión.

Palabras clave: Medio de hospedaje; Hospitalidad; Periodo colonial; Residencia *bandeirantista*.

INTRODUÇÃO

Parte da estrutura básica deste artigo foi publicada no VIII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, em 2015. Essa estrutura inicial foi mais bem desenvolvida ao incorporar outros objetos analíticos, além do aprimoramento da metodologia utilizada na formação da pesquisa. Dessa maneira, realiza-se pesquisa exploratória acerca dos primeiros modos não residenciais de hospedar (ou meio de hospedagem) no Brasil, pretendendo-se observar e investigar as possibilidades em albergar o visitante no período colonial dos séculos XVI e XVII.

Sabe-se que o Brasil, por sua dimensão continental, ao longo de sua história tem na penetração da área desconhecida e inóspita a concretização de sua base territorial (Evans & Silva, 2017). No processo de reconhecimento territorial da América portuguesa, rotas de penetração foram definidas. A longa distância exigia locais de parada, de pouso, e embora fossem estabelecidos, muitas vezes, em ambiente que se aproxima do que se conhece como meio ecológico, criavam-se ocasionalmente outras possibilidades de acolhimento e descanso. Neste contexto pensa-se fundamentalmente na figura desse sujeito que avança pelos ermos da antiga colônia portuguesa, em especial nas capitânicas de São Vicente e Santo Amaro, e sobretudo nas formas

de seu acolhimento. Usualmente denominado “bandeirante”, suas habitações são mais discutidas em escolas de arquitetura, que, entretanto, abordam apenas detalhes dos sistemas de distribuição do espaço arquitetônico. Pouco tem sido estudado sobre seu local e maneira de hospedagem no período colonial, e espera-se que a reflexão sob essa perspectiva seja replicada nos cursos de hospitalidade (comumente turismo e hotelaria). Pretende-se propor uma superação do tratamento deste tema, embora mais como possibilidades do que como sínteses desenvolvidas.

Nesta pesquisa, de caráter ensaístico e exploratório, faz-se um levantamento de fontes bibliográficas acerca da formação de meios para hospedar e da hospitalidade não familiar no período colonial. Neste recorte agregam-se entendimentos de autores que pretenderam investigar essa época por uma abordagem histórica, dando ênfase aos aspectos cotidianos. Sabe-se que nesse período de implantação colonial os poucos que saíam com o propósito de viajar pelo interior da América portuguesa tinham normalmente como ponto de partida o litoral ou povoados próximos a ele, principalmente na capitania de São Vicente. Com base nesse pressuposto, estudam-se os fluxos de pessoas e suas formas de alojamento (estada) continente adentro, identificando assim o sujeito e contrastando os fluxos desenvolvidos com as materialidades observadas nos equipamentos arquitetônicos erigidos na época, enfatizando a morfologia das edificações e suas possibilidades de uso para assim configurar um quadro hipotético das oportunidades de hospedagem.

Sabe-se que tais questões são exploratórias, caracterizando uma abordagem inicial, dado que não existe um campo epistemológico consolidado acerca da formação dos meios de hospedar no Brasil. Indaga-se ainda: é possível definir as formas de alojamento desses pioneiros como um modo de hospitalidade comercial? Em caso afirmativo, essa poderia ser definida como, provavelmente, a primeira estrutura de hospedagem existente no país.

METODOLOGIA

Devido à distância entre o período estudado e o pesquisador, é necessário reconhecer as limitações à compreensão dessa situação não vivida. Ao interpretar as representações de dada realidade, espera-se contribuir para a compreensão de práticas em suas dimensões sociais e em todos os seus momentos (Brunet, 1992, p. 232). Assim, se reconhecem como pressupostos as condições do cotidiano com ações inerentes ao ser humano.

O panorama do assentamento no território brasileiro retrata o início de um processo próprio na formação da hospitalidade de seus povos. Os europeus que para cá vieram, com rara exceção de alguns que ficaram por curtos períodos e passaram por situações específicas, encontraram um desafio para a penetração espacial e conquista social, predominantemente a econômica, no vasto continente americano (Ribeiro, 1995), que na sua condição natural poderia ser caracterizado como hostil. Nessa situação, desde o primeiro instante tem-se a necessidade de formar uma estrutura de acolhimento, seja definitiva ou para atender a fluxos pontuais.

A princípio havia total desprovemento, sendo possível utilizar somente a natureza encontrada e poucas oportunidades de acolhimento. Assim, na literatura esses sujeitos são frequentemente denominados (desconsiderando-se aspectos éticos) de “aventureiros”, “desbravadores”, entre outros adjetivos que retratam

seu espírito e a circunstância encontrada. Caracterizam-se como grupo social em formação associado a uma característica étnica: o mameluco (Raminelli, 1994). Pode-se, embora em uma abordagem caricata, defini-lo como, em primeira geração, filho de mãe índia e pai português (Ribeiro, 1995), condição que lhe atribui a estratégia econômica do progenitor e o senso de sobrevivência local dos ensinamentos maternos. Dessa forma, questões do cotidiano, tais como conceitos europeus de alimentação e higiene (Simmel, 2004), são muitas vezes descartadas.

Define-se, assim, o questionamento inicial: como se estabelece a primeira estrutura de hospedar e hospitalidade na América portuguesa? Adota-se como pressuposto que a vinda do europeu e de seus descendentes possibilitou a demarcação do território nacional, expandindo fronteiras e buscando riquezas. O trabalho formula-se em torno da seguinte questão norteadora: o morador da América portuguesa, quando distante de sua residência, estabelecia sua estada comercialmente?

Sabe-se que, grosso modo, de acordo com as características de meios de hospedagem estabelecidas atualmente, a resposta seria negativa. No entanto, ao refletir sobre esta questão, o sujeito moderno deve considerar alguns princípios: vivia-se então em um período sem uso recorrente de moeda nas práticas cotidianas, visto que as transações comerciais se realizavam principalmente por escambo. Toda a lógica comercial trazida inicialmente ao país aproxima-se daquela desenvolvida há pouco tempo em uma Europa medieval – compromissos assumidos posteriormente, troca de mercadorias e outros laços de negócio provavelmente eram a maneira comercial (a “moeda”) utilizada. Assim, embora esta pesquisa seja o ponto de partida para outras que podem ser realizadas, afirma-se como fio condutor a existência de indícios de uma rede de hospedagem no território em análise.

Esta pesquisa tem caráter exploratório. O uso de fontes variadas na sua determinação metodológica a aproxima a uma demanda de respostas com certo teor ensaístico, embora se apoie em fontes bibliográficas acadêmicas e em estrutura metodológica de comparação por contrastes. Foram pesquisados o catálogo de artigos científicos e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, bibliotecas públicas diversas, entre outros. A falta de literatura sobre esse recorte do cotidiano de hospedagem e do acolhimento nesse período justifica esses procedimentos.

Caracterizam-se como objeto de pesquisa as primeiras formas de alojamento no interior do continente, dado que as edificações do período colonial como meio de hospedagem têm sido pouco exploradas. Utilizam-se como ferramentas de pesquisa referenciais bibliográficos e teóricos recorrentes para compreender a história do país, e mais especificamente a da área da capitania de São Vicente e Santo Amaro, origem do que se chama hoje estado de São Paulo. Seus habitantes são denominados “vicentinos”, “de Piratininga” e finalmente “paulistas”.

Embora não seja recente, a historiografia sobre esse sujeito bandeirante e seus fluxos apresenta obras consagradas, como as de Taunay (1975), Ellis Junior (1934, 1948), Franco (1940), Morse (1965) e Machado (1965). Nessas referências recorrentes, as indagações acerca da lógica da hospitalidade raramente foram observadas em relatos históricos desse período. Fala-se, embora poucas vezes, de uma história colonial na dimensão do cotidiano, por um panorama relacionado mais a fatores genealógicos e míticos. Esta pesquisa não tem o intuito de aprofundar a pesquisa histórica, mas de levantar questões partindo de

referências bibliográficas já elaboradas e produzidas. Entretanto, o apontamento de tais questões como material de estudo traz certa dificuldade.

Na bibliografia acerca do Brasil vicentino do século XVI e XVII há poucos vestígios que viabilizem um estudo da hospitalidade e mesmo da formação inicial do acolhimento nos povoamentos coloniais. Por isso, volta-se à história das localidades (povoados, freguesias, vilas e cidades), do seu desbravamento, e, principalmente, da associação com a base físico-espacial existente atualmente, evolução urbana desses locais. Pode-se atribuir essa questão ao não entendimento da lógica do acolhimento por parte da academia ou seu reconhecimento muito recente (Grinover, 2007). Este panorama direciona ao método possível para análise.

Assim, contrapõem-se a esta condição da caracterização ontológica do objeto o estudo da arquitetura colonial brasileira. Esta pesquisa apresenta referências comumente definidas nas escolas de arquitetura e urbanismo do país. Seus autores (Lemos, 1976; Saia, 1995) retratam valores que justificam um possível panorama para esta abordagem. Lemos (1999) lembra que no estudo das distribuições ou do “programa de necessidades” reconhece-se aquelas específicas dos usuários no momento na elaboração do edificado. Entretanto, “não é nada fácil reelaborar programas primitivos, ou originais, a partir dos restos arquitetônicos incompletos chegados até nós, desacompanhados de documentação hábil, de depoimentos contemporâneos aos seus primeiros anos, de iconografia elucidativa e assim por diante” (Lemos, 1999, p. 20). Mesmo assim, na pesquisa relacionam-se tais abordagens, fazendo contraponto entre esses recursos.

Recorre-se a métodos comumente denominados “história urbana” (Abreu, 2014), procedimentos que unem olhares comuns da geografia, da história e do urbanismo na compreensão do lugar, sua inserção por “processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas” (Abreu, 2014, p. 45).

CONTEXTO ESPACIAL

As técnicas construtivas e de distribuição do ambiente arquitetônico se fizeram por um hibridismo entre a necessidade de solidez edificante, como da resistência de paredes de alvenaria (usual no continente europeu), e o uso abundante de materiais de fibra, como a palha e o bambu (presentes nas construções locais desde o período pré-cabraliano) (Zequini, 2004). Nos esquemas arquitetônicos das edificações, recursos e técnicas são notadamente adaptados, mas busca-se, quase que inconscientemente, aspectos ocidentais, estabelecendo a necessidade clara de divisão entre o social e o íntimo, o privado e o público e o profano e o sacro – divisão que inclusive pode ser observada nas residências dos habitantes vicentinos, sujeitos desta pesquisa (Lemos, 1976).

Desde o primeiro momento foram instaladas (forçadamente) na colônia americana formações citadinas para atender interesses institucionais da metrópole portuguesa (Abreu, 2014). Essas formações se contrapõem ao interesse de um sujeito, muitas vezes denominado bandeirante, em adentrar no interior, então dito sertão. Com uma constituição social baseada na produção de seu trabalho, estes habitam as áreas mais afastadas e alicerçam sua produção em viagens constantes, o que justifica uma empresa constituída por um grupo de pessoas, normalmente homens, livres e escravos, que com um estandarte saíam em busca de oportunidades

econômicas nos ermos. Na direção do interior continental, buscavam, além de sua própria sobrevivência, produtos de interesse para comércio mercantilista, como escravos, pedras e minérios preciosos. Para as longas jornadas – que poderiam totalizar milhares de quilômetros –, usavam suas próprias pernas e, posteriormente, canoas e animais domesticados (Saia, 1995). Como se sabe, um humano caminha diariamente entre 20 e 50 quilômetros, dependendo de suas condições físicas e da geografia do caminho percorrido e, assim, inicia-se a formação de pontos de pouso.

Essas localidades de parada tornam-se frequentes e conhecidas. A elas podem ser associadas condições de segurança física, como a presença de recursos extrativistas alimentares (peixes, caça, água e frutas), além de se situarem a certa distância de grupos nativos hostis. Esses locais tornam-se ponto de referência espacial e de observação, e ao longo do tempo foram demarcados em determinados pontos para o assentamento de residências de bandeirantes. Essa situação pode ser notada desde o século XVI, acentuando-se no século seguinte ao serem edificadas o que provavelmente eram residências generosas (hospitaleiras) em propriedades diversas (sesmarias), distribuídas por dezenas de quilômetros ao longo das escalas de viagem, para acolher o visitante em busca de novas fronteiras. Essa condição da generosidade está alicerçada na cordialidade recíproca como principal moeda. Ali o bandeirante encontra condições de convívio comum e lugar de acolhimento físico e espiritual. Soma-se então à pesquisa um olhar também sobre o espaço urbano e religioso e suas possibilidades de acolhimento nesse período e local. Entretanto, observa-se uma maior estrutura de acolhimento na casa Bandeirante, ênfase da pesquisa.

O SUJEITO SOCIAL

Na formação da América portuguesa destacam-se certos elementos com forte apelo privado que sobressaem ao caráter público. O território fora dividido em capitanias, demonstrando marcante herança do feudalismo medieval. Diz respeito a unidades territoriais cedidas a um donatário, que tinha o poder de atribuir sesmarias (Abreu, 2014). Com isso, inicia-se o processo de ocupação das terras lusitanas ultramarinas.

O isolamento caracterizava a formação do Brasil. A necessidade de distribuir grandes propriedades para poucas pessoas de confiança da coroa portuguesa definiu sua primeira paisagem. Institucionalmente, esse “latifúndio vicentino é um organismo completo, que se basta e por si, se governa” (Machado, 1980, p. 61) – esse relato se refere especificamente à capitania de São Vicente, que fora uma das poucas áreas bem-sucedidas nesse modelo de desenvolvimento. Fundam-se então alguns povoamentos e seus habitantes livres são contemplados com o que podemos chamar hoje de latifúndios rurais. Esse habitante é comumente caracterizado como “o homem que no século XVI atravessou o Atlântico, desembarcou em São Vicente, galgou a serra e fixou-se no planalto vencendo o sertão, era um bravo, capaz dos mais arrojados empreendimentos” (Buarque de Holanda, 1989, p. 280).

Ao subir a Serra do Mar, esse conquistador inicia o estabelecimento nas regiões de planalto, onde seu enraizamento, com o desenvolvimento das áreas, faz multiplicar pontos de referência ao longo do continente. Hoje, fala-se muito desses pontos como origem de núcleos de povoamento, mas o intuito pouco se volta ao estabelecimento de povoações e, conseqüentemente, vilas e cidades, diferentemente da América

espanhola. Sua expectativa territorial neste período foca de fato na formação de postos de escala para as viagens de exploração. Assim, “multiplicado e perpetuado pelos seus descendentes, em boa parte por mamelucos, legítimos ou bastardos, oriundos do inevitável e intenso cruzamento com as índias da terra” (Buarque de Holanda, 1989, p. 280), o bandeirante estabelece uma enorme estrutura social e urbana.

Merece uma explicação sobre esse sujeito miscigenado: “Os mamelucos, além do espírito aventureiro, da intrepidez, audácia e mobilidade do pai, recebem por via materna o amor à liberdade, a índole inquieta e nômade e as inclinações sertanistas do ameríndio também dotado de extrema mobilidade” (Buarque de Holanda, 1989, p. 280). Nessa condição, aqueles que adentravam o interior do continente reconheciam terras e reivindicavam seu título, recebendo as sesmarias. Embora a base do primeiro sistema urbano (ou citadino) do país tenha praticamente tido origem na formação dos povoamentos estabelecidos a partir desses assentamentos, muitos outros foram estabelecidos em áreas que nunca tiveram essa proposta inicial. Eram, assim, definidos territórios diversos de antigos exploradores dos sertões. Porém, entre a base citadina (ou urbana) e a do sertão (ou rural), prevalece a última. Na condição de ruralidade contrapõem-se a prosperidade com a marcante pobreza da vila, resultando “da supremacia inconstante do meio rural sobre o meio urbano, supremacia que não entra a declinar senão mais tarde, com o advento do império” (Machado, 1980, p. 60).

Forte presença também era a dos religiosos. Embora os jesuítas tenham sido apontados por seus aspectos marcantes na formação e no conflito com os vicentinos, outros grupos também estavam presentes (Abreu, 1988). Assim como os mamelucos, os religiosos se estabeleciam muitas vezes em grandes latifúndios. Esse cenário, na “boca do sertão” (nome dado ao interior do continente), é caracterizado pela presença destes como sesmeiros, possibilitando a formulação de toda uma estrutura social, econômica e cultural, com suas peculiaridades familiares e éticas. A relação desses agrupamentos sociais, posteriormente chamados de terras paulistas, cria uma atmosfera de sertanismo, “onde tudo concorria para que se transformasse em um centro gerador da expansão bandeirante” (Buarque de Holanda, 1989, p. 280).

Acerca das estruturas viárias percorridas, sabe-se que mesmo antes da vinda do europeu ao continente sul-americano uma estrutura de trilhas indígenas já se formava (Setubal, 2004), cujo reconhecimento logicamente demandava um conhecimento ecológico. Esses corredores normalmente não podiam ser notados sem observação e conhecimento do ambiente local. Sob esse aspecto, a ascendência indígena do mameluco facilita o entendimento da região, possibilitando a criação das grandes expedições de penetração que percorriam grande parte do sul da América.

A respeito do processo de formação dessas caminhadas, Abreu (1988, p. 142) relata:

Costumavam partir de madrugada, pousavam antes do entardecer, o resto do dia passavam caçando, pescando, procurando mel silvestre, extraindo palmito, colhendo frutos; as pobres roças dos índios forneciam-lhes os suplementos necessários, e destruí-las era um dos meios mais próprios para sujeitar os donos.

Com relação ao termo “bandeira”, de que deriva o sujeito, “bandeirante”, é interessante pontuar algumas condições. No final do século XVI, essa denominação “passa a ser empregada para designar os corpos paramilitares que seguiram

para o sertão” (Silva, 2004, p. 63). Usa-se também a expressão “entrada”, que com “bandeira” foi atribuída por um ramo da historiografia a todas as expedições do período colonial realizadas no Brasil (Silva, 2004, p. 88-89).

O CAMINHO NA AMÉRICA

Um aspecto importante nas maneiras e possibilidades de hospedar e na hospitalidade diz respeito à formação dos caminhos constantemente percorridos pelo bandeirante, que frequentemente adentrava por meses em longos trajetos, adquirindo assim um aspecto peculiar que possibilita sua sobrevivência em um ambiente muitas vezes inóspito.

Não se pode esquecer sua origem na mestiçagem entre europeus e nativos, o que possibilita uma maior aproximação à cultura local, pois mantinha valores de uma linhagem, e especificamente de uma mãe, indígena na lida do seu dia a dia:

A caça e, um pouco menos a pesca, torna-se, por isso mesmo, recursos obrigatórios de quem quisesse sobreviver. Ao plantio de milho, feito de acordo com as tradições bandeirantes, sucede, logo após as monções seguintes, o de feijão, abóbora, possivelmente mandioca. (Buarque de Holanda, 1989, p. 318)

Formavam-se ao longo dos grandes percursos áreas de plantio, pensando na colheita após o longo regresso, que acabam se tornando importante processo de abastecimento alimentar para grupos diversos, afinal a plantação de um serve para o sustento de outro e assim sucessivamente. Forma-se assim uma vasta rede de amparo, suprindo por meio dessas plantações as necessidades vitais dos viajantes (César & Machado, 2011).

Gradualmente, estalagens foram sendo edificadas para dar apoio às viagens. No entanto, “alguns elementos de subsistências só aos poucos se introduziram e, em certos casos, não sem forte resistência das autoridades” (Buarque de Holanda, 1989, p. 318). Porém, também é interessante observar que Buarque de Holanda (1989, p. 320), ao retratar o depoimento de um viajante nesse período colonial, trata da compra de mantimentos no caminho. Essa situação caracteriza a existência de um aspecto comercial nas viagens bandeirantistas, mesmo que como exceção.

No percurso existiam pontos com alguma condição para estada provisória. Dessa maneira, “os sertanistas de São Paulo acampavam nestas paragens quando havia necessidade de se abastecerem de alimentos, como caça, peixe, ou mel-de-pau” (Agê Junior, 1979, p. 43). Porém, na historiografia não encontramos muitas ocorrências no período de ocupação inicial.

Outra possibilidade eram pontos ao longo dos rios navegáveis, como o Paraíba do Sul e o Tietê. Observa-se na cartografia do período a existência de diversas marcações nesses percursos fluviais (Figura 1).

as embarcações ali atracavam a qualquer hora do dia ou da noite, eram substituídos os remadores cansados e carregavam provisões para a longa viagem. Muitas vezes os seus ocupantes pernoitavam nos galpões e cobertos de sapé, para, no dia seguinte, descansados, seguirem rio acima uns, rio abaixo outros, até ao seu destino. (Agê Junior, 1979, p. 50)

No decorrer dos séculos incorpora-se a prática da troca de animais nesses pousos.

Figura 1 – Detalhe do *Mapa dos confins do Brazil* (base 1749)



Fonte – Adaptado de Fundação Biblioteca Nacional (2017)

O NÚCLEO URBANO E A HOSPEDAGEM

Com a necessidade de conferir ao Brasil uma organização político-administrativa, termos usuais dos meios urbanos de Portugal são reproduzidos. Assim, observa-se que muitas vezes um arraial distante de todo contato intrarregional é definido por muitos anos como “vila”, e um aglomerado menor, normalmente associado à presença de outro povoado, é definido como “freguesia” (Calixto, 1924). Entretanto, esses pontos de referência coloniais tinham em comum de fato a presença de um território em formação, uma sesmaria, que definia o latifúndio, módulo agrário e de estabelecimento social e econômico.

Assim, “o primeiro instituto medieval com que o colono se defronta, pois se trata de uma preliminar imposição metropolitana, era a sesmaria. Através dela começa a manifestar-se a diferenciação que contribuirá para peculiarizar o fenômeno bandeirantista” (Saia, 1995, p. 125).

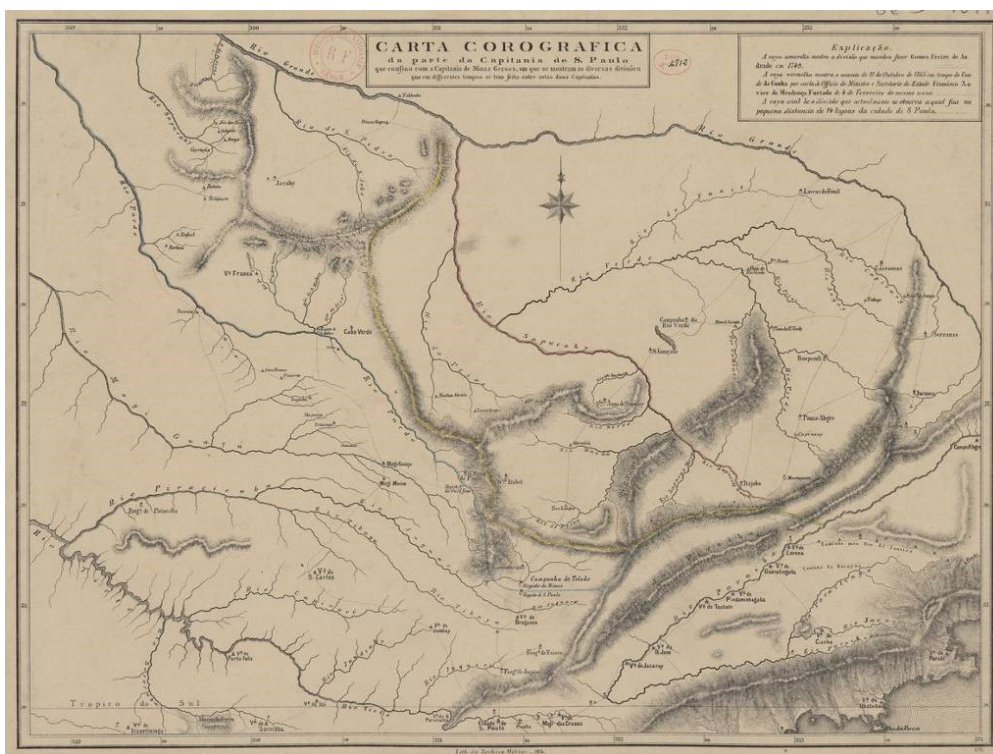
Com esse valor, o bandeirante começa a alterar o seu estatuto de mero formador de uma força paramilitar para também fixar e criar toda uma estrutura social no interior do continente. Com isso, torna-se possível a reprodução de um capital social e cultural. A produção agrícola, tão marcante e até então pontual ao longo dos percursos, se consolida, assim como as referências a encontros, deixando de ser casuais nos caminhos e entradas.

Observa-se que junto à sede do latifúndio edifica-se a casa do proprietário. Acerca das edificações coloniais, Buarque de Holanda (1993, p. 107) descreve:

As mais primitivas, do início do povoamento, parecem construir pontos de confluência das culturas em contato, como sucede na adjunção de processos medievais lusitanos e usanças indígenas evidenciadas pelo recurso à palha e às palmas de coqueiro para realizar a inteira construção ou para cobrir a obra de pau-a-pique.

Interessante observar que toda a lógica mercantilista portuguesa tem como interesse o povoamento do litoral. Na observação de mapas da ocupação do território brasileiro, nota-se claramente o estabelecimento de povoados, vilas e cidades voltadas para a costa Atlântica. Na contramão do processo, o colono vicentino, depois chamado de paulista, ruma em outra direção – prefere “se distribuir em território relativamente vasto, em um raio de aproximadamente 50 quilômetros a partir do ponto já endossado como sede oficial” (Saia, 1995, p. 31), o que pode ser facilmente observado ao analisar a cartografia do período (Figura 2).

Figura 2 – Carta corográfica de parte da capitania de São Paulo (c. 1749)



Fonte – Biblioteca Nacional da França (2012)

A distância aproximada de uma caminhada humana de um dia, medida utilizada na época, cria a possibilidade de formação de uma rede de propriedades interligadas. Nelas, “os proprietários eram assim, colonos seiscentistas agenciadores de bandeiras” (Mayumi, 2008, p. 30).

A vila, depois cidade de São Paulo, tinha uma posição geográfica muito propícia aos caminhamentos para o interior, pois dela saíam claramente definidas, três vias: para o norte, pelo vale do rio Paraíba do Sul, caminho para as Minas Gerais e para o Rio de Janeiro, e destes locais para o vale do São Francisco e para a Bahia e o Nordeste; para o oeste, pelo vale do rio Tietê, ou por uma paralela passando por Campinas e

Mogi Mirim, caminho para Minas e para Goiás; e para o sul, passando por Sorocaba e Itapetininga, e se utilizando também do vale do rio Paranapanema, caminho para o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e para a região das Missões dos Jesuítas do Paraguai.

O núcleo de povoamento, seja cidade, vila ou freguesia, era mais um ponto de referência institucional que uma praça para os confrontos de urbanidade. A vida urbana, seja em São Paulo, Taubaté ou qualquer outra localidade vicentina, tinha alguma importância em dias santos, como em domingos e principalmente nos feriados religiosos a que se dava destaque. Esses momentos, cercados por festividades, propiciavam os encontros sociais diversos.

Assim:

Os colonos portugueses e seus descendentes que se instalaram em São Paulo . . . ficavam em seus sítios supervisionando o trabalho dos escravos indígenas. No núcleo urbano tinham a casa para estadias ocasionais, compras, missa, festas ou participação nos negócios públicos na Câmara Municipal. (Mesgravis, 2004, p. 125)

A formação urbana da região de São Paulo, historicamente denominada de terra vicentina ou também de Planalto de Piratininga, não se associa à hospitalidade. Essa situação era suavizada nas relações com “João Ramalho [que] é um dos primeiros, entre os europeus, a inserir-se numa instituição social de longa data cultivada entre os índios – o cunhadismo. Consiste tal instituição em introduzir um estranho à comunidade oferecendo-lhe uma mulher” (Toledo, 2003, p. 55).

A conquista de uma natureza primitiva, quanto ao aspecto ecológico, somada a conflitos entre grupos diversos, dá um aspecto rude, inóspito, ao local. Entretanto, mesmo que não se tenha instituído uma cultura de bem receber, a distância continental, em contraste com a da Europa, induzia a uma acolhida, generalizando uma maneira de receber o forasteiro. Soma-se a isso o fato de São Paulo, brevemente vila da capitania de São Vicente, ser a primeira empreitada de sucesso fora da lógica de povoamento da costa Atlântica.

Espera-se, porém, sempre o contado urbano com uma pessoa conhecida. O visitante, de modo geral, era tratado no meio urbano “como perturbador da ordem da cidade e seus arredores eram os ‘forasteiros’ e ‘homiziados’ [sic] Estes vinham dos arredores ou de outras capitanias, atrás de riqueza ou fugindo das autoridades” (Mesgravis, 2004, p. 142). Observa-se que uma trama social é formada no meio urbano, situação que pode ser observada como a formação urbana e a ocupação que muitos associam às doações de sesmaria, que, embora rural, do sertão, se formou por rastros de penetração continental. Desta maneira:

Avançando pelo Vale do Paraíba paulista, zona então escassamente povoada pelos pequenos núcleos de Guaratinguetá, Jacareí e Taubaté, os paulistas cruzaram a serra da Mantiqueira através da garganta do Embaú e penetraram nos chamados sertões de Cataguases. Estas pequenas vilas precederam, portanto a descoberta do ouro. (Silva, 2009, p. 97)

Como resultado,

o fato é que, na primeira metade do século XVI, houve intensa distribuição de sesmarias. Os sucessivos avanços contra o domínio dos índios permitiu a expansão da área sob o controle dos colonos, em círculos crescentes, para muito além do sítio original da vila. (Toledo, 2003, p. 144)

Após meio século da formação do colégio jesuíta dos campos de Piratininga, um fato é observado com certa curiosidade: a criação de dois hotéis na virada do século XVI no planalto de Piratininga. Como se relata:

Marcos Lopes foi o responsável pela primeira casa de pasto de São Paulo. A instalação de tal tipo de estabelecimento respondeu a um reclamo da Câmara Municipal, que julgou necessário ter a vila um lugar que vendesse “coisa de comer e de beber”. Tratava-se de um conforto a oferecer aos forasteiros. (Toledo, 2003, p. 179)

Este oferecia carne, beijos, farinhas e outros alimentos. Sua taberna

dobrava-se de estalagem, como era de costume, e data do distante ano de 1599. D. Francisco de Sousa [governador-geral do Brasil] estava para chegar, acompanhado de comitiva, e foi no intuito de equipar a vila com um mínimo de recursos para receber os visitantes que se cogitou de dotá-la com tal gênero de estabelecimento comercial. Em 1603, uma cigana, Francisca Rodrigues, abriu casa similar. (Toledo, 2003, p. 171)

A proposta da criação do ponto comercial, da taberna, vem do procurador Francisco Maldonado (Leite, 1954). Assim, reforça Cavenaghi (2011), os meios de hospedagem são introduzidos no povoamento de São Paulo entre o final do século XVI e início do século XVII.

Por sua vez:

A vila não era mais só a vila. Um colar de chácaras, sítios e fazendas, quando não de aldeamentos, a cercava e, a bem da verdade, a ação principal, em termos econômicos como também de movimento de gente, estava mais nessa zona periférica, de caráter rural, do que na povoação entre o Tamanduateí e o Anhangabaú. (Toledo, 2003, p. 147)

Toda lógica de ocupação é atribuída ao grande chefe de bandeira, agora também líder de grandes latifundiários (Toledo, 2003) e controlador da área urbana.

O ACOLHIMENTO RELIGIOSO

A estrutura de acolhimento, de hospedagem no continente europeu desde o período medieval tinha sua especificidade, que pode ser pontuada, por exemplo, ao retratar os preceitos estabelecidos pelas ordens beneditinas:

Havia sempre um monge experiente à porta do mosteiro, inclusive durante a noite, pois alguns viajantes se perdiam e chegavam lá em meio à escuridão. Quando o

recém-chegado era um peregrino ou um “servo da fé”, os monges acorriam humildemente à porta para bem recebê-lo. A regra 53 lembrava que o abade devia unir-se aos outros para cumprir o sagrado dever, “lavando os pés de todos os hóspedes”. (Blainey, 2012, p. 54)

Dois pontos são marcantes nesta visão europeia: o acolhimento a qualquer tempo do estranho e a estrutura montada para a recepção daqueles em rotas religiosas e para as cruzadas. Criam-se lógicas de solidariedade, oferecendo os mosteiros e outros equipamentos como estalagem ao viajante.

Entretanto, no Brasil vicentino esses possíveis locais de acolhimento eram edificações acanhadas, com capacidade para não mais que meia dezena de religiosos (equivalendo ao quadro permanente) e sem condições de outros albergados, como pode ser observado nas plantas e outras figuras da época (Mendes, Veríssimo, & Bittar, 2009).

Entre os séculos XVI e XVII, São Paulo de Piratininga inicia sua formação com o estabelecimento da Companhia de Jesus (os jesuítas) e a vinda de outras ordens. Assim, a Ordem do Carmo, os beneditinos e os franciscanos, respectivamente, foram construindo suas edificações. Estes:

Eram grupos pequenos, de quatro ou cinco. . . . [com edificações] rudes construções de taipa, como os dos jesuítas, e carente de ornamentações. As igrejas de São Paulo nada tinham a ver com as da Bahia . . . ou as de Olinda . . . Mesmo assim, têm importância decisiva no desenho de São Paulo – tanto da vila quanto da cidade que a sucedeu. (Toledo, 2003, p. 131)

Desses grupos, todos se estabelecem no núcleo primitivo da cidade de São Paulo. Com exceção dos franciscanos, todos estão no local de origem escolhido, embora as construções atuais não condigam com a estrutura oferecida no início do processo de ocupação. Entretanto, nota-se neste pequeno panorama a pouca possibilidade de esses religiosos terem uma prática de acolhimento ao visitante.

O EQUIPAMENTO SOCIAL DO BANDEIRANTE

A estrutura bandeirantista de hospitalidade predomina principalmente nas primeiras rotas de penetração. Prevelem também como alternativas fluviais, até atingir um recurso hídrico, ou como complemento, como pode ser observado nas suas plantas localizacionais (Figura 2).

A localização escolhida levava em consideração uma distância de caminhada, além da defesa contra situações adversas, como a presença de povos hostis, a precariedade de gêneros de comércio diversos, e a natureza, que proporcionava grandes desafios para a fixação territorial. Mesmo assim, edificam-se as diversas residências, em que se atendia “as necessidades que tinham a ver com a solidão e com as grandes distâncias separando as pessoas e com as variadas modalidades de produção agrícola” (Lemos, 1999, p. 24).

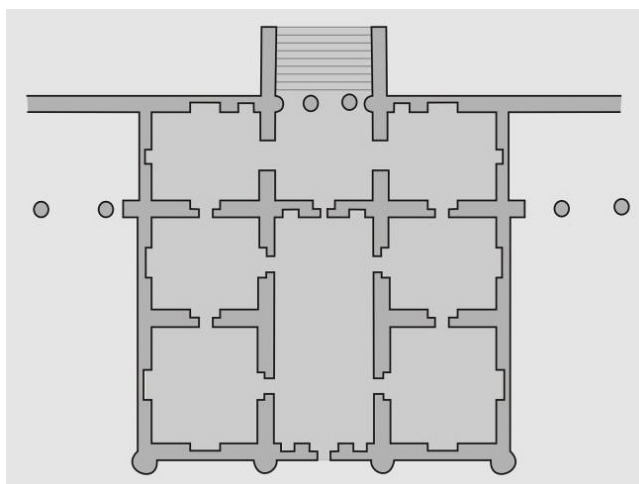
Nota-se um aspecto muito interessante nas residências e estabelece-se sua base fundiária: elas seguem características marcantes que as distinguem pela planta adotada e pelas lógicas técnicas, arquitetônicas e sociais propagadas.

A casa bandeirista da roça era uma casa pulverizada, toda fracionada em inúmeras construções-satélites do núcleo familiar, cada qual com sua especialidade. Um partido “aberto”. Ao lado da casa principal de moradia propriamente dita, como os documentos descrevem com minúcias, ficavam o telheiro da cozinha geral; os quartos para agasalhos dos criados subalternos dos hóspedes importantes, sobretudo tropeiros e arrieiros, os depósitos de gênero, os paióis, os moinhos de trigo ou milho, a casa de fazer farinha, o monjolo (legado da Índia) da fazer canjica, o galinheiro, o curral de tirar leite, a moenda para fazer garapa para a rapadura e para a cachaça e o pomar cheio de “árvores de espinho” [cítricos em geral], de bananeiras, marmeleiros e parreirais. (Lemos, 1999, p. 29)

Segundo o arquiteto Luís Saia, a “casa bandeirista” apresenta um modelo primitivo de proposta baseada nos tratados de Palladio, recorrentes na Europa a partir de 1570 (Figura 3). Destaca-se nessa edificação a semelhança da entrada, com o alpendre e a simetria de sua planta (Mayumi, 2008). Essa situação pode também ser justificada pelas possibilidades ambientais e técnicas locais. “Estas residências, com toda a simplicidade imposta, atingem um alto grau de refinamento dentro dos limites impostos pela condição colonial” (Mayumi, 2008, p. 41).

A associação aos princípios clássicos de Palladio também é apontada como hipótese teórica por Carlos Lemos, em “A casa colonial paulista”, elaborada em 1974. O arquiteto pesquisador reforça um amplo estudo dessa tipologia de edificação, embora observe-se que tal condição teórica não é conclusiva. Andrea Palladio foi um arquiteto italiano que se tornou referência na arquitetura neoclássica, principalmente após publicar em 1570 o livro *I quattro libri dell'architettura*. Palladio reforça o ideário clássico com uma articulação entre espaços internos e externos definidos (Rocha-Peixoto, 2000). Tais referências teóricas sustentam uma relação entre a Villa Cornaro (perto de Pádua) e as casas bandeirantistas (Figura 3).

Figura 3 – Villa Cornaro



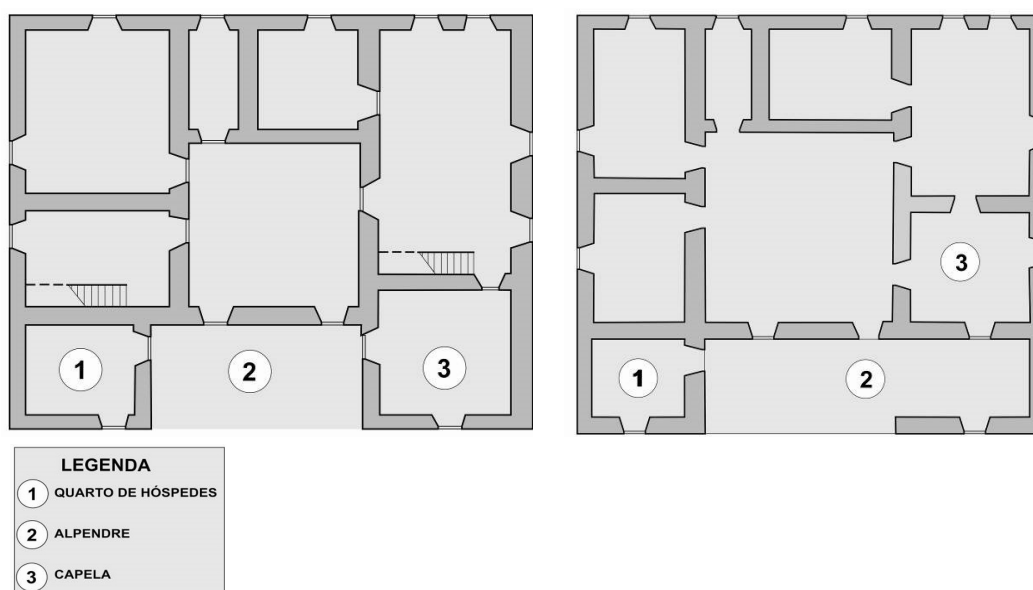
Fonte – Adaptado de Rocha-Peixoto (2000)

Nas pesquisas ora apresentadas, observa-se que ambos os pesquisadores apontam um repertório de hospitalidade nas distribuições funcionais, caracterizando a distribuição dos cômodos por esta especificidade (Figura 4).

O esquema de planta define claramente uma faixa fronteira, tomada pelo alpendre central, tendo aos lados a capela e o quarto de hóspede; atrás desta faixa, e conservando um certo modo as mesmas divisões da fachada, lateralmente os quartos de dormir e, na parte central, uma sala terminada por um alpendre ou por pequenos compartimentos de uso secundário. (Saia, 1995, p. 70-71)

Destaca-se como condição social marcante a hospitalidade que “ia além do acolhimento cordial de uma e outra pessoa de boa vontade; a hospitalidade era então, uma obrigação social que garantia a sobrevivência da comunidade” (Lemos, 1999, p. 30).

Figura 4 – Casas bandeiristas



Fonte – Adaptado de Rocha-Peixoto (2000)

O pesquisador Luís Saia apresenta uma importante tese, retratando que:

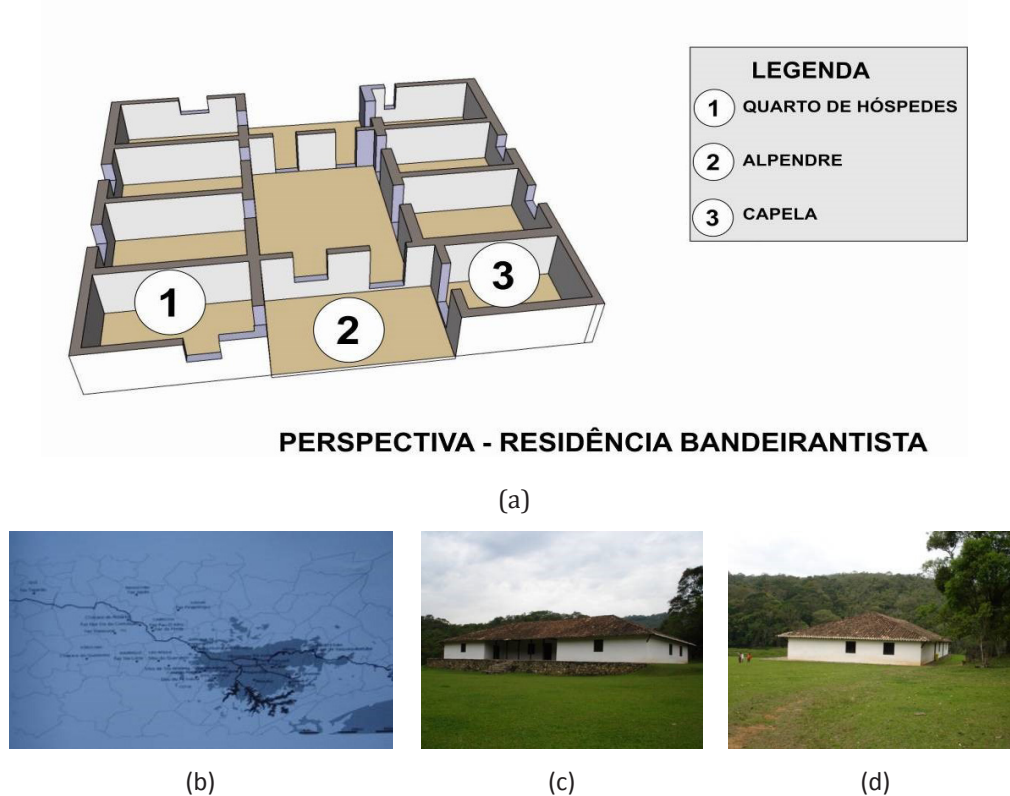
A residência do potentado paulista instala-se num retângulo, com paredes de taipa de pilão, telhado de quatro águas e coberturas com telhas de canal. Prefere sempre uma plataforma natural ou artificial, a meia encosta, nas proximidades de um riacho. A planta se desenvolve, segundo um esquema bem preciso: uma faixa social, fronteira, contém a capela e o quarto de hóspede e, no meio o alpendre; atrás dessa faixa e em correspondência com as divisões dela, em torno de uma sala central, os quartos se dispõem lateralmente. (Saia, 1995, p. 130-131)

Essa distribuição remete a duas características (Figura 5), uma de ordem temporal e outra cultural. A primeira remete ao período medieval e a segunda aproxima-se dos povos mouros, uma realidade marcante na formação histórica de Portugal.

Observa-se também que, em vasta pesquisa de Lemos (1976) acerca dos usos das dependências das casas bandeiristas, não encontramos referência a um envolvimento do viajante nesse cotidiano. Entretanto, acredita-se que a frequência de hospedagem levou à adoção de uma cozinha externa, muitas vezes a única existente no terreno, para facilitar os momentos de alimentação do viajante.

Hoje, esse tipo de cômodo é comumente chamado, no interior de São Paulo, de cozinha caipira. Essa edificação à parte envolve técnicas indígenas, tendo um forno e outras distribuições espaciais.

Figura 5 - (a) Esquema de distribuição da casa bandeirantista, (b) localização no entorno da metrópole paulistana de hoje, (c) e (d) residência bandeirantista em São Roque, SP, Brasil



Fonte - (a) (c) e (d) Elaboradas pelos autores; (b) Saia (1995)

CONSIDERAÇÕES E OUTRAS INDICAÇÕES

No panorama apresentado encontram-se facilmente características da geografia, da arquitetura e do urbanismo que direcionam para o reconhecimento de valores da história urbana. Muito estaria a fazer para contar o processo de hospitalidade, e fundamentalmente de acolhimento, no continente brasileiro. Entretanto, passos precisam ser dados, e aqueles iniciais desta abordagem também: o reconhecimento das maneiras de acolhimento e de hospedagem no primeiro século da área vicentina colonial.

Na planta da residência adotada no sertão da América portuguesa, o lugar de hospedagem do visitante é uma constante. O alojamento marca a introdução de um sujeito estranho à família hospedeira, alguém sem qualquer relação mais próxima com o proprietário. No desenvolvimento da pesquisa, nota-se que a forma de acolhida se caracteriza como um protótipo de meio de hospedagem comercial, onde os hóspedes teriam segurança e outras necessidades de estada asseguradas. O alojamento do viajante, sua acolhida, era

realizado por mero negócio, por um pacto social e econômico estabelecido no território do visitado.

No período colonial, os viajantes se hospedavam nas casas-grandes dos engenhos e fazendas, nos casarões das cidades, nos conventos e, principalmente, nos ranchos que existiam à beira das estradas, erguidos, em geral, pelos proprietários das terras marginais. Eram alpendres construídos às vezes ao lado de estabelecimentos rústicos que forneciam alimentos e bebidas aos viajantes. Aos ranchos e pousadas ao longo das estradas foram se agregando outras atividades comerciais e de prestação de serviços que deram origem a povoados e, oportunamente, a cidades. Nessa época era comum as famílias receberem hóspedes em suas casas, havendo, em muitas, o quarto de hóspedes. (Andrade, Brito, & Jorge, 2000, p. 20)

Nota-se que por um lado os autores explicam a estrutura inicial da hospedagem colonial, conforme indica esta pesquisa, de pontos isolados conectados por trilhas. Entretanto, deve-se ressaltar que, no texto citado, um parágrafo sintetiza três séculos de história.

Sabe-se que as antigas trilhas deram origem a muitas das estradas atuais, assim como muitos dos pontos isolados desdobraram-se em povoados das mais diversas grandezas. A distância, a diversidade e a precariedade não impediram a formação de uma vasta estrutura de acolhimento e hospitalidade nesta terra chamada Brasil.

Como visto, este estudo tem por base as construções físico-espaciais. Porém, o objeto edificado apresenta poucos ou raríssimos testemunhos ou cicatrizes espaciais, o que colabora com a quase ausência de relatos que chegaram aos dias atuais. Como mencionado, não se trata aqui de uma pesquisa histórica, mas uma investigação que usa a história como ferramenta para justificar o reconhecimento das transformações e viabilizar o olhar voltado ao território.

A reprodução do espaço vicentino se faz por diversas condições adversas e contradições. A expropriação da matéria-prima ultramar era requisito da produção do moderno capitalismo que vem suplantar o regime medieval. A condição de mais-valia se reflete na exploração do homem pelo homem, mesmo pela escravidão, prática existente desde antes da Antiguidade, embora sob outros protocolos – que se podem ironicamente ser dados como modernos –, como o da guerra.

Sabe-se que Portugal, não tendo uma metrópole populosa, enfrentava um desafio ao ter na metade do milênio passado uma vastíssima área mundial sob seu domínio. Essa situação, entre outras limitações, não possibilitava uma reprodução territorial intensiva. Resta aos portugueses, ou outros fiéis ao reino, manter sua permanência na América com a formação de grupos étnicos luso-nativos (ou, como ficaram conhecidos, os luso-tupis, raiz étnica do paulista colonial, chamado inicialmente de vicentino).

Nessa condição, a palavra-chave da cordialidade, da hospitalidade era o cunhadismo. O português era assim inserido ou mantinha relações sociais com grupos nativos por casamento (união sanguínea) com a índia (mulher nativa), ou as índias das aldeias com que iam mantendo contato. A prática de acolhimento não envolve o que conhecemos como sociedade ou comunidade, formas comuns na reprodução social europeia. Novas práticas são introduzidas, e nelas predomina o acolhimento das tribos indígenas, provavelmente não as homólogas estudadas pelo antropólogo Darci Ribeiro (1995), que tinha como recorte

as tão distantes, temporal e espacialmente, terras amazônicas. Tais questões poderiam ser apresentadas por hipóteses, o que não se faz nesta pesquisa. Aqui somente se pensa em pistas, suas materialidades físico-espaciais existentes ou pontuadas na história.

Um elo entre a hospitalidade vicentina e sua contemporaneidade, formulado por diversos autores, como Robert Shirley (1977) ou Antonio Candido (2010), provavelmente se desdobra com a reprodução étnica do caipira, reforçando valores de sua hospitalidade. Nele, esse sujeito, filho da miscigenação entre o índio e o ibérico, associa na terra seus costumes, suas vivências e sua sobrevivência. O cunhadismo impõe valores sociais como o difundido com a prática do mutirão, entrega do seu tempo para a produção alheia no usufruto de pessoas pertencentes ao círculo social próximo. Porém, se estabelecem sim valores comerciais nesse processo, que se pode chamar de economia social pré-capitalista.

REFERÊNCIAS

- Abreu, J. C. (1988). *Capítulos de história colonial: 1500-1800* (7ª ed. rev.). Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo, SP: EdUSP.
- Abreu, M. A. (2014). *Escritos sobre espaço e história*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Agê Junior, A. G. (1979). *São José dos Campos e sua história*. São José dos Campos, SP: Prefeitura Municipal.
- Andrade, N., Brito, P. L., & Jorge, W. E. (2000). *Hotel: planejamento e projeto* (2ª ed.). São Paulo, SP: Senac.
- Biblioteca Nacional da França. (2012). *Carta corográfica da parte da Capitania de S. Paulo que confina com a Capitania de Minas Geraes em que se mostram as diversas divisões que em diferentes tempos se tem feito entre estas duas Capitanias (c. 1749)*. Recuperado de <https://bit.ly/2JyXWhb>
- Blainey, G. (2012). *Uma breve história do cristianismo*. Curitiba, PR: Fundamento.
- Brunet, R. (1992). *Les mots de la géographie*. Paris, França: Reclus-Documentation Française.
- Buarque de Holanda, S. B. (Org.). (1989). *História geral da civilização brasileira* (8ª ed., Tomo 1: A época colonial). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand.
- Buarque de Holanda, S. B. (Org.). (1993). *História geral da civilização brasileira* (7ª ed., Tomo 1: A época colonial, Vol. 2). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand.
- Calixto, B. (1924). *Capitanias paulistas: São Vicente, Itanhaém, São Paulo*. São Paulo, SP: s.n.
- Candido, A. (2010). *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista* (11ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul.
- Cavenaghi, A. J. (2011). Hotéis paulistanos: das razões da hospedagem urbana na cidade de São Paulo e as notícias em almanaques e memoriais do século XIX. *Turismo em Análise*, 22(1), 119-145. Recuperado de <https://bit.ly/2JtTMUs>
- César, P. A. B., Machado, D. F. C. (2011). Para aguçar o paladar: discussões iniciais sobre a relação entre alimentação e o espaço social. In A. M. P. Possamai, & R. Peccini, *Turismo, história e gastronomia: uma viagem pelos sabores* (pp. 75-94). Caxias do Sul, RS: Educus.
- Cortesão, J. (1958). *Raposo Tavares e a formação territorial de Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura.
- Ellis Junior, A. (1934). *O bandeirismo paulista*. São Paulo, SP: Nacional.

- Ellis Junior, A. (1948). *Meio século de bandeirismo*. São Paulo, SP: Nacional.
- Evans, S., & Silva, S. D. (2017). Crossing the Green Line: frontier, environment and the role of bandeirantes in the conquering of Brazilian territory. *Fronteiras*, 6(1), 120-142. Recuperado de <https://bit.ly/2M80Tlv>
- Franco, F. A. C. (1940). *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo, SP: Nacional.
- Fundação Biblioteca Nacional. (2017). *Mapa dos confins do Brasil com as terras de coroa de Espanha na América Meridional (1749)*. Recuperado de <https://bit.ly/2JsLuMR>
- Grinover, L. (2007). *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo, SP: Aleph.
- Leite, A. (1954). *Subsídio para a história da civilização paulista*. São Paulo, SP: Saraiva.
- Lemos, C. A. C. (1974). *Casa colonial paulista*. São Paulo, SP: EdUSP.
- Lemos, C. A. C. (1976). *Cozinha, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Lemos, C. A. C. (1999). *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo, SP: EdUSP.
- Machado, A. (1980). *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo, SP: EdUSP.
- Machado, J. A. (1965). Life and death of the bandeirante. In R. M. Morse (Ed.), *The bandeirantes: the historical role of the Brazilian Pathfinders*. New York: NY: Alfred A. Knopf.
- Mayumi, L. (2008). *Taipa, canela-preta e concreto: estudo sobre o restauro de casas bandeiristas*. São Paulo, SP: Romano Guerra.
- Mendes, C., Veríssimo, C., Bittar, W. (2009). *A arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João II*. Rio de Janeiro, RJ: Imperial Novo Milênio.
- Mesgravis, L. (2004). Capítulo 3. In P. Porta (Org.), *História da cidade de São Paulo, a cidade colonial* (Vol. 1, pp. 115-144). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Morse, R. M. (Ed.). (1965). *The bandeirantes: the historical role of the Brazilian Pathfinders*. New York, NY: Alfred A. Knopf.
- Raminelli, R. (1994). Da vila ao sertão: os mamelucos como agentes da colonização. *Revista de História*, (129-131), 209-219. Recuperado de <https://bit.ly/2JjFkCv>
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (2ª ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Rocha-Peixoto, G. (2000). *Reflexos das luzes na terra do sul*. São Paulo, SP: ProEditores.
- Saia, L. (1995). *Morada paulista* (3ª ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Setubal, M. A. (Org.). (2004). *A formação do estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: Cempec, Ioesp.
- Shirley, R. (1977). *O fim de uma tradição: cultura e desenvolvimento no município de Cunha*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Silva, M. B. N. (Org.). (2009). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Unesp.
- Silva, V. A. (2004). Paulista em movimento: bandeira, monções e tropas. In M. C. B. Carvalho (Coord.), *Terra paulista: história, artes, costumes* (pp. 55-102). São Paulo, SP: Ioesp.
- Simmel, G. (2004). Sociologia da refeição. *Estudos históricos*, (33), 159-166.
- Taunay, A. E. (1975). *História das bandeiras paulistas* (Vol. 1-3, 3ª ed.). São Paulo, SP: Melhoramentos.
- Telles, A. C. S. (2008). Ocupação do litoral, entradas para o interior do continente e definição das fronteiras. In B. E. P. Bricca, & P. R. S. Bricca (Orgs.), *Arquitetura na formação do Brasil* (2ª ed., pp. 18-77). Brasília, DF: Unesco: Iphan.

Toledo, R. P. (2003). *A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.

Zequini, A. (2004). A fundação de São Paulo e os primeiros paulistas: indígenas, europeus e mamelucos. In M. A. Setubal (Org.), *A formação do estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra* (pp. 29-54). São Paulo, SP: Cempec, Ioesp.

Recebido em: 08/09/2016

Aprovado em: 20/11/2017

CONTRIBUIÇÕES

Pedro de Alcântara Bittencourt César: Definição do problema de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados, elaboração de tabelas, gráficos e figuras, revisão crítica do manuscrito.

Conceição Malveira Diógenes: Desenvolvimento da proposição teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, análise de dados, redação e revisão crítica do manuscrito, adequação às normas da RTA.